



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL:
Formação Profissional do/a assistente social**

**O Debate dos Movimentos Sociais na Formação Profissional em
Serviço Social em Portugal**

Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira Coelho¹
Isabella Baptista²

Resumo:

O presente trabalho é resultado preliminar de pesquisa realizada em Projeto de Pesquisa³ e iniciação científica e tem como objetivo compreender o processo formativo português a partir dos conteúdos referentes aos Movimentos Sociais abordados nos Planos de Estudos⁴ dos 17 cursos de Serviço Social de Portugal. Para isso, o estudo consiste em uma revisão bibliográfica e na análise documental das FUC⁵. A pesquisa constatou que o conteúdo correlato a esta temática ainda é incipiente. Em que pese o debate dos movimentos sociais ainda ser ínfimo, há a presença de conteúdos relativos à defesa de direitos.

Palavras-chave: Formação Profissional, Movimentos Sociais, Defesa de Direitos, Serviço Social, Portugal.

Abstract: This work presents preliminary results from research conducted within a Research Project and an Undergraduate Research (Scientific Initiation) program. It aims to understand the Portuguese training process based on the content related to Social Movements addressed in the Study Plans of the 17 Social Service programs in Portugal. To this end, the study consists of a bibliographic review and documentary analysis of the Course Unit Sheets (FUC - Ficha de Unidade Curricular). The research found that content related to this theme is still incipient. Although the debate on social movements is still limited, there is the presence of content related to the defense of rights.

Keywords: Professional Training, Social Movements, Defense of Rights, Social Service, Portugal.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto do projeto de Iniciação Científica intitulado “A formação em Serviço Social em Portugal Pós-Bolonha, a partir das FUCs das 17 instituições de ensino superior” vinculado ao projeto de pesquisa mais amplo “Fundamentos Teóricos e Históricos do Serviço Social em Portugal/ Tendências teóricas e metodológicas na formação acadêmico-profissional em Serviço Social”³ que busca analisar a trajetória e as transformações no âmbito da formação em Serviço Social em Portugal, desde a sua gênese até suas particularidades na contemporaneidade.

¹ Assistente Social. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, doutora em Serviço Social e Política Social (UEL). kathisucia@uel.br

² Graduanda em Serviço Social na Universidade Estadual de Londrina. isabella.baptistaa@uel.br

³ Projeto “Tendências teóricas e metodológicas na formação acadêmico-profissional em Serviço Social” CNPq Processo n. 405022/2024-7.

⁴ Planos de Estudos em Portugal correspondem a matriz curricular no Brasil.

⁵ FUC são Fichas de Unidade Curricular, que correspondem no Brasil aos programas das disciplinas que compõem a matriz curricular.



O objetivo desta pesquisa é compreender a formação profissional em Serviço Social em Portugal a partir das tendências apresentadas nas Fichas de Unidade Curricular (FUC). Este artigo realiza um recorte relacionado ao debate dos Movimentos Sociais e nos Direitos Sociais, e busca compreender como este conteúdo é abordado nas FUC. Para isso, o estudo definiu como objetivos específicos entender as bases da formação profissional em Serviço Social em Portugal, e identificar os movimentos sociais e questões sobre a defesa de direitos presentes e discutidos nas FUCs analisadas.

A pesquisa foi realizada através de revisão bibliográfica e pesquisa documental, a qual constatou que o conteúdo relacionado aos Movimentos sociais é incipiente. Ao abordar conteúdos que tem relação aos movimentos sociais, como a questão de gênero, migração, entre outros, este está identificado ao debate da defesa dos direitos institucionalizada e não aos movimentos sociais.

1. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL DA GÊNESE À CONTEMPORANEIDADE

O surgimento do Serviço Social em Portugal se deu ligado ao contexto da ditadura de Salazar, o chamado Estado Novo (1933-1974). Esse regime autoritário e conservador moldou o Serviço Social como um instrumento de controle social e reprodução de valores cristãos. Nesse contexto, o Serviço Social surge na década de 1930 como uma profissão interventiva a partir de uma perspectiva moralizadora e paliativa. A gênese da formação profissional expressa esse período com a criação das primeiras escolas, o Instituto de Serviço Social de Lisboa (ISSSL) em 1935, o de Coimbra (ISSSC) em 1937 e o do Porto (ISSSP) em 1956.

Neste período inicial até parte da década de 1980, o ensino havia destaque na prática técnico-operacional funcionalista, focada no "como fazer", com forte influência do sistema norte-americano partindo do foco no ajustamento do indivíduo à ordem estabelecida. Esse perfil técnico começou a ser questionado com a inserção do ensino do Serviço Social no sistema universitário, processo que se consolidou em 1989 com o reconhecimento oficial do Serviço Social como licenciatura⁶. Esse avanço significativo foi especialmente motivado pela Revolução dos Cravos (1974), movimento que colocou fim à ditadura salazarista e viabilizou a democratização do país. A Revolução fez com que a profissão se desvinculasse do conservadorismo e buscasse bases teóricas mais críticas.

Nesse processo de fortalecimento acadêmico, o intercâmbio científico entre o Brasil e Portugal foi de extrema importância. A parceria entre a PUC-SP e o ISSSL, estabelecida em um período em que Portugal ainda não possuía doutores na área, permitiu que docentes portugueses realizassem sua pós-graduação no Brasil. Essa influência brasileira, marcada pela perspectiva mais crítica do Serviço Social, foi fundamental para a qualificação de docentes e para a criação dos primeiros mestrados (1997) e doutorados (2003) em Portugal, fortalecendo a autonomia acadêmica da profissão no país (Coelho e Guedes, 2021).

⁶ Em Portugal, a licenciatura é o grau máximo de formação no âmbito do primeiro ciclo, ou seja, na graduação. Um curso é reconhecido como curso superior universitário apenas se for certificado como licenciatura. Os cursos bacharéis não são considerados cursos universitários, mas cursos técnicos.



Contudo, a partir de 2006, a formação passou por intensas transformações com a implementação do Processo de Bolonha. Este acordo europeu, assinado em 1999, buscava criar um Espaço Europeu de Ensino Superior comum para facilitar a competitividade, padronizando currículos através do sistema de créditos (ECTS). Na prática da formação em Serviço Social em Portugal, Bolonha reestruturou o ensino em três ciclos distintos, a licenciatura (1º ciclo), o mestrado (2º ciclo), e o doutorado (3º ciclo). O Processo ainda impôs o modelo "3+2" (3 anos de licenciatura e 2 de mestrado), reduzindo o tempo de formação inicial (licenciatura). Esse modelo foi criticado por algumas instituições e entidades representativas, até pelas próprias escolas de referência, que reprovaram a redução para três anos de licenciatura por não ser suficiente, pois comprometia o aprofundamento teórico e o tempo de estágio necessário para a profissão. A grande crítica está pautada no contexto pós-Bolonha, a formação profissional passou a dar preferência ao atendimento às demandas imediatas do mercado de trabalho, perdendo uma postura crítica sobre a realidade social tão recentemente conquistada.

Como resultado desse processo, de acordo com os dados levantados, atualmente Portugal possui 17 cursos de licenciatura em Serviço Social, sendo 6 de caráter público e 11 de caráter privado. Mais especificamente das instituições universo da pesquisa, foi possível obter as seguintes informações:

Quadro 1. Caracterização dos Cursos de Serviço Social em Portugal (2026)

		NATUREZA	TIPO DE ENSINO	DURAÇÃO DO CURSO	REGIME – DIURNO OU PÓS-LABORAL
1	UNIV. LUSÍADA	Privada	Universitário	3 anos	Diurno
2	ISCTE	Pública	Universitário	3 anos	Pós-laboral
3	ISCSP	Pública	Universitário	3,5 anos	Diurno e pós-laboral
4	Lusófona Lisboa	Privada	Universitário	3 anos	Diurno
5	Lusófona Porto	Privada	Universitário	3 anos	Diurno
6	UCP Lisboa	Privado/Confes sional	Universitário	3 anos	Diurno
7	UCP Braga	Privado/Confes sional	Universitário	3,5 anos	Diurno
8	ISMT	Privada	Universitário	3,5 anos	Diurno e Pós-laboral
9	UTAD	Pública	Universitário	3,5 anos	Diurno
10	ISSSP	Privada	Universitário	3,5 anos	Diurno
11	Univ. Coimbra	Pública	Universitário	3,5 anos	Diurno
12	Univ. Açores	Pública	Universitário	3,5 anos	Diurno
13	I.P. Beja	Privado	Instituto Politécnico	3 anos	Diurno
14	I.P. Viseu/Lamego	Pública	Instituto Politécnico	3 anos	Diurno e pós-laboral
15	I.P. Leiria	Privada	Instituto Politécnico	3 anos	Diurno e pós-laboral
16	I.P. Castelo Branco	Pública	Instituto Politécnico	3 anos	Diurno
17	I.P. Portalegre	Pública	Instituto Politécnico	3 anos	Pós-laboral

Fonte: as autoras (2026)



2. O DEBATE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS A PARTIR DAS FICHAS DE UNIDADE CURRICULAR

A pesquisa utilizou-se como metodologia a pesquisa documental através de um levantamento de dados das FUC de todas as disciplinas que compõem a grade curricular do curso de Serviço Social das 17 instituições de ensino superior em Portugal que ofertam o curso de Serviço Social. Os dados coletados foram armazenados e compartilhados entre os participantes do grupo através de um Google Drive, e organizados em uma tabela contendo informações sobre as disciplinas, a carga horária (C.H). Posteriormente, foram separadas as disciplinas específicas do Serviço Social e as disciplinas gerais, assim definidas pela própria instituição. Essa pesquisa baseou-se nas disciplinas específicas do Serviço Social. Dando continuidade ao processo de coleta de informações, realizou-se a elaboração e preenchimento pelos participantes do grupo de um formulário estruturado com 31 questões. Essa etapa da pesquisa buscou identificar nas FUC características das disciplinas específicas como: conteúdos sobre a história do Serviço Social, sobre a perspectiva crítica, sobre teoria, realidade portuguesa, e de forma central para esse artigo, os movimentos sociais e a defesa de direitos.

2.1. A incipiência dos Movimentos Sociais na Formação dos/as assistentes sociais portugueses

A primeira parte da análise foca na presença dos movimentos sociais nas FUC's. No entanto, o primeiro dado quantitativo (questão 25 do formulário) mostra uma realidade crítica sobre a baixa visibilidade desse tema.

Gráfico 1- Respostas da questão 25



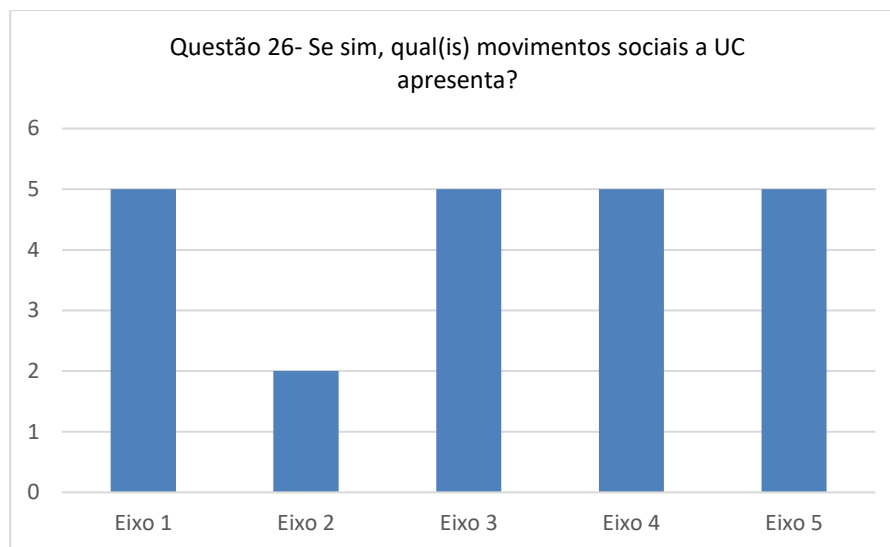
Conforme demonstra o gráfico 1, existe uma incipiência significativa do tema, pois num universo de 211 registros analisados, 197 (94,7%) indicaram que não há qualquer menção a movimentos sociais, e apenas 11 (5,3%) responderam de forma afirmativa. Esse vazio curricular indica que a formação profissional em Serviço Social em Portugal, influenciada pelo Processo de Bolonha, passou a focar em uma visão mais técnica e prática. Com isso, não é dada a devida importância histórica ao estudo dos movimentos



sociais, favorecendo o ensino de competências técnicas operacionais⁷.

Para compreender o que dizem as poucas respostas positivas, os dados da Questão 26 foram organizados em eixos que explicam como os movimentos sociais aparecem nos Planos de Ensino dos Cursos.

Gráfico 2- Respostas da questão 26



O Eixo 1 (Sociedade Civil), detalhado na Figura 2, indica que as FUCs focam na relação entre o Estado e as organizações da Sociedade Civil, como também os cidadãos, tratando dos movimentos sociais a partir da participação social e empoderamento do indivíduo em projetos locais. Além disso, o destaque dado no estudo da cidadania tem como foco a participação na tomada de decisão dentro das Políticas Sociais, o que sugere uma visão mais institucional e burocrática da luta social.

No Eixo 2 (Revolução dos Cravos), o 25 de abril é citado apenas para dar contexto histórico. A análise indica que as FUC's utilizam esse marco para explicar o processo histórico do Serviço Social português antes e depois da revolução, mas não é discutido como um movimento revolucionário coletivo com influência na profissão. Isso ocorre de forma diminuta.

Já no Eixo 3 (Sobre a Profissão), o foco está na organização da própria classe, como o recente debate e instituição Ordem dos Assistentes Sociais (2019)⁸.

No Eixo 4 (Exclusão Social), os conteúdos presentes nas FUC's focam em temas como a exploração do trabalho, pobreza, e a exclusão e vulnerabilização social de grupos específicos (como vítimas de violência, sem abrigo, etc.), mas não deixam explícito se irão abordar as lutas e os movimentos que combatem essas questões. Os conteúdos aparecem relacionados ao atendimento institucional dessas demandas.

Por fim, o Eixo 5 (Práticas e Teorias Antiopressivas) foca na discussão teórica da formação. Esse eixo tem como foco a discussão sobre os Direitos Humanos, grupos específicos (como refugiados e pessoas com deficiência) e sobre estratégias de intervenção como o empowerment e a advocacy. No entanto,

⁷ Dados sobre esta afirmação serão publicados posteriormente. Mas é possível afirmar, a partir dos dados coletados, que há a prevalência de conteúdos focados na intervenção/na prática profissional.

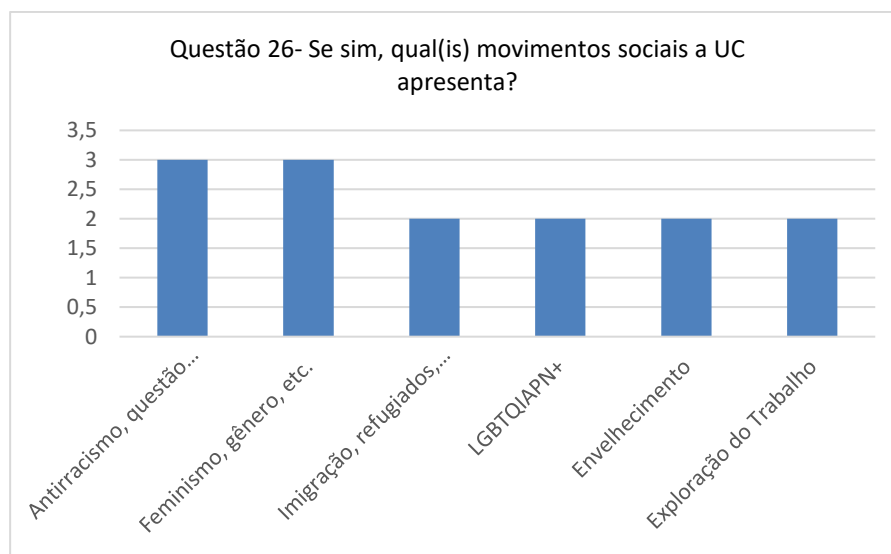
⁸ A Ordem dos Assistentes Sociais (OAS) em Portugal foi instituída pela Lei n.º 121/2019, de 25 de setembro de 2019, que criou a ordem profissional e aprovou o seu estatuto. A promulgação pelo Presidente da República ocorreu em 21 de agosto de 2019, culminando um longo processo de debate iniciado em 1997.



apresenta as teorias antiopressivas e os direitos apenas de forma geral, sem citar os movimentos sociais específicos que atuam nessas questões. Mais uma vez, relacionando-os à aspectos institucionais.

Destaca-se que há a presença de temas específicos como feminismo, racismo, imigração, entre outros, que aparecem nas respostas objetivas do formulário (como demonstra a Figura 3), mas a sua presença escrita nos programas e objetivos das FUCs é quase ou totalmente ausente, mostrando que o ensino foca mais na gestão do problema do que nas lutas coletivas para enfrentá-los.

Gráfico 3- Respostas da questão 26 – Identificação dos Movimentos Sociais



2.2. A Defesa de Direitos

Através de uma análise totalizante dos conteúdos das FUC, para além dos movimentos sociais, identificou-se que, apesar de incipiente o debate dos movimentos sociais na formação profissional, as FUC fazem referência a defesa de direitos, mesmo que não pela via dos movimentos sociais.

Diferente das questões anteriores, a análise sobre a defesa de direitos (questão 30 do formulário) apresenta uma presença maior nos currículos, mas ainda assim, sem representar a maioria das disciplinas.

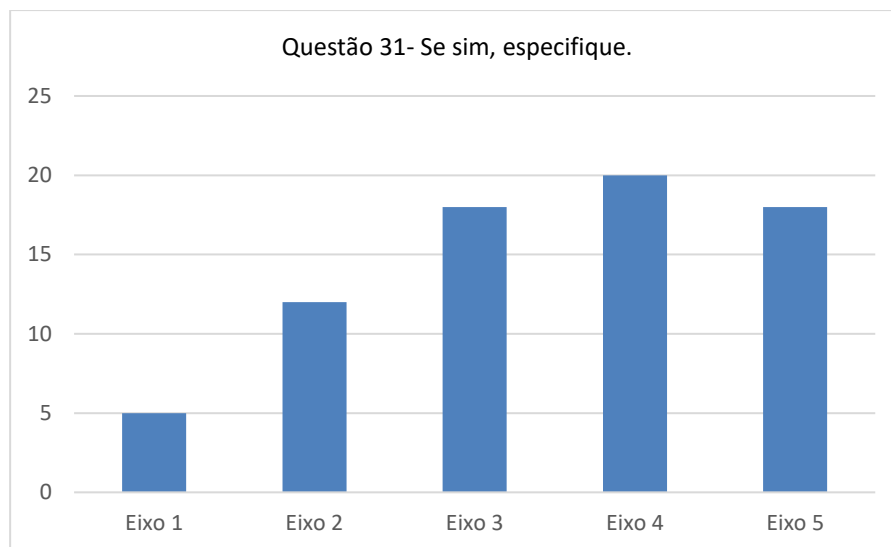
Gráfico 4- Respostas da questão 30





Como se observa na Figura 4, referente ao mesmo universo de 211 registros analisados, 52 (25%) confirmam a presença de conteúdos sobre defesa de direitos, enquanto 156 (75%) responderam de forma negativa. Ao analisarmos a questão 31, que são justificativas das respostas positivas da questão anterior, os dados foram novamente organizados em eixos, , como apresenta o Gráfico 5.

Gráfico 5- Respostas da questão 31 – Especificação do conteúdo sobre os direitos



No Eixo 1 **Não explícito** estão as FUC que não que não especificam a forma como o conteúdo aborda a defesa de direitos, mas contém questões que permitem deduzir a sua presença. Nesse eixo são apresentados conceitos amplos, como a democracia ou 25 de abril, porém sem detalhar como esses temas são abordados. Já o Eixo 2 - **Ética e Deontologia Profissional**, foca na importância de valores éticos, como a justiça, a confidencialidade e o respeito pela autonomia, ou seja, esse eixo indica que a defesa de direitos é apresentada como dever e postura que o/a assistente social deve assumir no seu comportamento diário e como forma de orientar sua prática profissional.

O Eixo 3 **Direitos Humanos e Justiça Social**, foca em uma abordagem mais teórica e universal, fazendo com que a profissão seja reconhecida como uma ferramenta de combate às questões globais, como em situações de refugiados e conflitos armados, e não apenas atuando em instituições locais. Para isso, as disciplinas utilizam documentos internacionais, como os da ONU, para mostrar a importância da justiça social como base dos valores da profissão.

No Eixo 4 **Políticas Sociais** os conteúdos fazem menção a atuação do/a assistente social na relação com o Estado e nas políticas sociais. Com foco na preparação dos futuros profissionais na advocacia social, que é a intervenção com foco no acesso aos serviços que o Estado oferece aos cidadãos, as disciplinas abordam o direito social através das políticas públicas, como Segurança Social e Saúde.

Por fim, o **Eixo 5 Grupos Sociais** é o focado em situações e grupos específicos. Nesse eixo, a defesa de direitos se torna uma ferramenta para garantir a proteção da população em situação de risco, como crianças, idosos e a comunidade LGBTQIAPN+. Com isso, o ensino das FUC's presentes nesse eixo parte das legislações específicas de cada grupo social e de metodologias de empoderamento para garantir à essas pessoas autonomia e participação na sociedade, combatendo processos de estigmatização e inferiorização⁹. Isso demonstra, que o debate dos Direitos Humanos, assim como os dos Movimentos sociais, tem enfoque

⁹ Termos contidos nas FUC.



no atendimento institucional, vinculadi ao cumprimento de leis e políticas já existentes do que no incentivo de novas formas de resistência.

2.3 Dados complementares: o que mais nos revela as FUC?

Para aprofundar a análise, realizamos uma filtragem nas "Observações sobre a FUC" presente no formulário utilizando quatro palavras-chave: defesa de direitos, movimentos sociais, direitos sociais e direitos humanos. Essas observações foram feitas por membros da pesquisa, ao preencher os formulários, ou seja, são análises prévias destes conteúdos. Nessa etapa da pesquisa foi possível identificar também a referência bibliográfica da disciplina.

O resultado mais notável foi em relação ao termo "Defesa de Direitos", ao qual não foi encontrado nenhum registro das observações analisadas, o que demonstra que o tema não é tratado de maneira isolada ou de destaque.

No que se refere aos movimentos sociais, as observações indicam uma irrisória. Mesmo em disciplinas que discutem sobre áreas onde a organização coletiva é essencial, como saúde mental, deficiência e envelhecimento, as notas indicam que não há referências aos movimentos sociais relacionados a essas temáticas. Um exemplo surge em FUC's que abordam questões como a imigração e a situação de refugiados, embora a problemática seja citada, as observações confirmam que não se abordam os movimentos sociais que lutam por essas causas, ou seja há o estudo sobre o problema social, mas a luta organizada que existe em torno dele não é tratada.

Em relação aos direitos sociais, as observações mostram que o tema aparece relacionado aos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social, com uma presença marcante de bibliografia brasileira (como os textos do CFESS e ABEPSS).

Algumas disciplinas tem o prisma na Política Social e na Segurança Social numa perspectiva de direitos sociais. No entanto, embora a Política Social seja abordada numa perspectiva de direitos, há pouca relação direta com o Serviço Social nesse processo, ou seja, está mais focado no estudo da estrutura da política social do que na garantia desses direitos ou na política como mediação fundamental do exercício profissional do/a assistente social.

Por fim, os direitos humanos apresentam a maior quantidade de referências nas observações. A bibliografia citada nas notas inclui textos que discutem os princípios básicos dos direitos humanos. No entanto, a análise dessas observações reforça que os direitos humanos são apresentados como um guia ético para o comportamento do/a assistente social e não como uma ferramenta de mobilização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou compreender como a formação profissional em Serviço Social em Portugal aborda o debate dos Movimentos Sociais e dos Direitos Sociais, a partir das Fichas de Unidade Curricular (FUC). Foi possível perceber, por meio da análise documental que, apesar de diminuta presença do debate



dos Movimentos Sociais (5,3%), os conteúdos relacionados a defesa de direitos possui uma presença um pouco mais relante (25%) nos currículos.

Os dados analisados mostram diversas formas de abordagem sobre a defesa de direitos, desde uma perspectiva ética e deontológica até uma prática voltada para normativas e políticas públicas. No entanto, as observações das fichas curriculares mostram uma questão significativa, mesmo em áreas onde a organização coletiva é fundamental, como por exemplo o caso da imigração, não há referências explícitas à luta organizada. Isso mostra a necessidade de uma formação que precisa ir além do conhecimento técnico das leis e estimular a leitura crítica da realidade, incluindo a importância do papel da luta coletiva na conquista de direitos

Outro aspecto de destaque é que os conteúdos que versam sobre os Movimentos Sociais e a defesa de direitos está relacionada à aspectos institucionais e não ao papel que ambos tem no tensionamento possíveis na sociabilidade burguesa. Da mesma forma, não fazem relação com a dimensão política do exercício profissional do/a assistente social e os compromisso (ou a ausência deles) com a classe trabalhadora.

Neste sentido, entendemos que é fundamental uma formação que promova debates sobre os movimentos sociais, para reconhecer que a defesa de direitos não é e não deve ser uma tarefa burocrática de acesso a serviços, mas sim uma ação relacionada à participação social e às formas de resistência no enfrentamento das desigualdades do capitalismo.

Por isso, compreender a fragilidade desses temas nos currículos não significa desvalorizar o esforço acadêmico atual, mas refletir de forma crítica sobre a necessidade de superar uma formação apenas tecnocrática.

Referências

EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; SANTOS, Cláudia Mônica dos; COELHO, Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira. A formação profissional de assistentes sociais em Portugal pós-Bolonha (2024). Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 23, n. 59, p. 20-34, maio/ago. 2025.

COELHO, Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira *et al.* Mapeamento da produção dos mestrados em serviço social em Portugal: caminhos metodológicos e uma breve aproximação aos movimentos sociais. In: COELHO, K. A. F. P. *et al.* (Org.).

COELHO, Kathiuscia Freitas; GUEDES, Olegna de Souza. O legado da cooperação científica entre o curso de Serviço Social da PUC-SP e escolas portuguesas. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 126, p. 241-262, maio/ago. 2016.

COELHO, Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira. A formação profissional em serviço social no Brasil e em Portugal: encontros e desencontros. 2018. 370 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, Universidade Estadual de

MARTINS, Alcina. 70 anos de formação em serviço social em tempos de ditadura e de democracia: da escola normal superior ao Instituto Miguel Torga. **Interações**, Campo Grande, n. 17, p. 21-44, 2009.



MARTINS, Alcina Maria de Castro; SANTOS, Cláudia Mônica dos. A formação do assistente social em Portugal: tendências críticas em questão. **Katálisis**, Florianópolis, v. 9, p. 324-332, out./dez. 2016

MEIRELLES, Catharina Marinho. **Reformas no ensino superior**: a regulação dos docentes das universidades públicas de Portugal. 2016. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.